

OAB-SP: governo não pode perder as rédeas com o MST.

A intensificação das invasões e ações prometidas para abril pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) fez a OAB-SP reagir. “Dentro do Estado Democrático de Direito, todo ato ilegal ou criminoso, todo abuso ou truculência não pode ser tolerado”, disse Luiz Flávio Borges D’Urso, presidente da seccional paulistana do órgão.

Segundo ele, a atitude do MST deve merecer o repúdio da sociedade brasileira e uma ação efetiva do Poder Público, para que ninguém ultrapasse o domínio da lei nem fique impune. “A ordem pública precisa ser observada por todos, sem exceção, e o governo não pode perder as rédeas da situação”, afirmou ao lembrar que São Paulo possui uma das áreas de maior conflito agrário do País, o Pontal do Paranapanema.

D’Urso também considerou as críticas à Justiça no que tange ao julgamento de questões agrárias. “É preocupante quando a Justiça é apontada como obstáculo à desapropriação de terras no País. À Justiça não compete fazer uma guerra contra a terra ociosa, o direito de propriedade, defender ou atacar latifúndios ou políticas agrárias, mas apenas julgar, de forma independente, as ações com base nos dados contidos nos autos, interpretá-los à luz da jurisprudência e da legislação vigente. E deve fazê-lo, logicamente, de forma ágil”.

O presidente da OAB SP considera a reforma agrária uma reivindicação legítima do povo brasileiro e dos grupos sociais que fazem sua defesa. “Calcula-se que haja 600 milhões de hectares cultiváveis no Brasil, dos quais mais de um terço seria constituído de latifúndios, o que historicamente vem gerando pobreza e exclusão de milhões de brasileiros. Levar adiante a reforma agrária, desconcentrando a estrutura rural, é uma forma concreta de promover o desenvolvimento e combater a miséria no Brasil, criando uma sociedade mais justa”, disse D’Urso. (OAB-SP)

Date Created

30/03/2004